

SAÚDE MENTAL, NEOLIBERALISMO E SUBJETIVIDADE NA ATUALIDADE

*Elton Corbanezi**
*Sandra Caponi***
*Marcia da Silva Mazon****

INTRODUÇÃO

Este dossiê reúne estudos teóricos e empíricos sobre as relações entre saúde mental, neoliberalismo e subjetividade na atualidade a partir da perspectiva das Ciências Sociais. O tema da saúde mental adquiriu relevância significativa no debate público contemporâneo, para além do interesse de áreas específicas do conhecimento. A proposta do dossiê consiste em problematizar diferentes faces do assunto, considerando suas relações com as sociedades capitalistas contemporâneas.

Oficialmente, o termo “saúde mental” aparece em meados do século XX, em especial com a fundação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948, a qual, desde o início,

tem uma seção administrativa homônima dedicada à questão. No entanto, a consolidação da expressão saúde mental, enquanto conceito, campo discursivo e de atuação prática, se dá de forma processual, ao longo de toda a segunda metade do século XX. Diversos fatores contribuem nessa direção. Entre eles, podemos destacar os movimentos teóricos e práticos de crítica à psiquiatria clássica – as chamadas antipsiquiatrias e psiquiatrias alternativas –, o lento movimento de desospitalização e de desinstitucionalização da doença mental, a emergência dos psicofármacos e a institucionalização dos direitos humanos (Corbanezi, 2021). No plano mundial, a publicação do Relatório Mundial da Saúde da OMS, em 2001, foi um acontecimento significativo para a consolidação do termo. Voltado exclusivamente ao tema e visando sua promoção, como se depreende desde o título do documento, o relatório *Saúde mental: nova concepção, nova esperança* constatava a não concretização das diretrizes mundiais em saúde mental, tais como a efetiva desinstitucionalização da doença mental, a substituição do modelo manicomial, o atendimento comunitário, a humanização do tratamento, o investimento

* Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Sociologia e Ciência Política.
Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2.367 - Boa Esperança. Cep: 78068-600. Cuiabá – Mato Grosso – Brasil.
eltonrcorbanezi@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2802-7259>

** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº. Bairro Trindade. Cep: 88035-972. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. sandracaponi@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8180-944X>

*** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Rua: Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade. Cep: 88040-900. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. marcia.mazon@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0002-2953-1089>

na atenção primária e a desestigmatização dos transtornos mentais (OMS, 2001). No Brasil, o debate aflora publicamente ainda mais com a Lei nº 10.216 – conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica –, cuja aprovação, influenciada pelo relatório da OMS, se deu também em 2001, após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional. Nas duas décadas seguintes aos anos 2000, o vocabulário da saúde mental se inscreve no imaginário social e cultural mais amplo, sendo mobilizado para nomear tanto as diversas formas de mal-estar quanto de bem-estar. Iniciada em março de 2020, a pandemia de covid-19 acabou por evidenciar ainda mais o tema, em razão do aumento significativo dos problemas de saúde mental associados à crise da pandemia, tornando-o absolutamente relevante tanto para a pesquisa acadêmica e científica quanto para a opinião e o debate públicos e a população em geral.

Adquirindo importância gradativa ao longo da segunda metade do século XX, a noção de saúde mental substituiu lentamente o conceito de doença mental, que havia conferido à psiquiatria moderna seu nascimento na passagem do século XVIII para o XIX. Expressão do processo necessário de “desmanicomialização”, o conceito de saúde mental manifesta, nesse sentido, um inequívoco avanço social. No entanto, o termo comporta também outro significado atualmente. Inserido no uso cotidiano, o conceito foi capturado pelo imaginário social do capitalismo contemporâneo, que o faz convergir com valores e ideais das sociedades neoliberais. Poderíamos dizer que é sua face conservadora da ordem social: dado que a extensão do conceito abrange tanto a patologia quanto o bem-estar, ele acaba por promover noções como otimização, desempenho, superação e realização individuais, as quais são imprescindíveis ao capitalismo neoliberal.

Com efeito, a emergência e a consolidação do conceito de saúde mental se dão paralelamente aos processos de neoliberalização das sociedades capitalistas ocidentais. Enquanto fase atual do capitalismo e considerando suas

variadas formas empíricas, o neoliberalismo se constituiu não apenas como doutrina política e econômica, mas como uma forma de organização social e de racionalidade que orienta os modos de pensar, sentir e agir de indivíduos em parte significativa dos países ocidentais desde os anos 1980. A constituição e a produção de modos de existência e de subjetividades voltados à performance, à competição e ao individualismo exacerbados implicam diretamente a concepção e a promoção da saúde mental, bem como as experiências de sofrimento e as formas de nomeá-las. Não obstante as diferenças teóricas, analíticas e políticas, tal diagnóstico da transformação social e das subjetividades está presente em diversos autores, como Michel Foucault, Richard Sennett, Robert Castel, Zygmunt Bauman, Pierre Dardot, Christian Laval, Wendy Brown, Eva Illouz, Alain Ehrenberg, Nikolas Rose, Maurizio Lazarato, Byung-Chul Han, entre outros.

As relações que se pode examinar entre saúde mental, neoliberalismo e subjetividade são, portanto, complexas e variadas. Por um lado, desde os anos 1970 e 1980, quando da ascensão do neoliberalismo como tecnologia de governo, assiste-se a uma mutação e proliferação do vocabulário do sofrimento psíquico nas sociedades capitalistas contemporâneas. Tal transformação acontece juntamente com a revolução paradigmática no campo da psiquiatria a partir da publicação do DSM-III em 1980, o qual inaugura uma nova forma de conceber os transtornos mentais (APA, 1980). Depressão, ansiedade generalizada, estresse pós-traumático, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, crises de pânico, síndrome de *burnout* são nomenclaturas que designam variadas formas contemporâneas de sofrimento psíquico. Por outro lado, envolvendo os dois polos (saúde e doença) e suas variações de grau, a indústria da saúde mental se amplia cada vez mais, inventando e produzindo dispositivos diversos tanto para atenuar o sofrimento quanto para produzir bem-estar. Esse processo ganha tra-

ção a partir do protagonismo da indústria farmacêutica, a qual se aproxima cada vez mais do campo da psiquiatria e dos novos pacientes/consumidores (Mazon, 2022).

A partir da perspectiva das Ciências Sociais, é a dimensão sociológica, antropológica e política da noção de saúde mental e suas relações com a produção e a modulação de subjetividades nas sociedades capitalistas neoliberais que nos interessam neste dossiê. Nele, a leitora e o leitor encontrarão temas variados dessas áreas do conhecimento em relação ao assunto, tais como políticas globais de saúde mental, subjetividades, gêneros, tecnologias, mercados, juventudes, medicalização e emoções nas sociedades capitalistas contemporâneas (Caponi, 2023). A saúde mental é, por definição, um problema biopsicossocial, razão pela qual é indispensável que as Ciências Sociais integrem o debate para estudar e problematizar as diferentes dimensões sociais do fenômeno.

* * *

Grosso modo, o dossiê está dividido em duas unidades. A unidade I apresenta reflexões teóricas e questões regulatórias concernentes às relações entre saúde mental, neoliberalismo e subjetividades. A unidade II, por sua vez, aborda diferentes atores envolvidos em problemáticas da saúde mental relacionadas ao neoliberalismo e às subjetividades.

Na unidade I, o artigo “Sufrimientos y malestres de género em el marco del neoliberalismo”, de Sandra Caponi, analisa os vínculos existentes entre saúde mental e construção da subjetividade no marco do neoliberalismo, assim como seu impacto nos mal-estares de gênero. Partindo de referências a autores como Laval e Davies, a autora discute de que modo a mudança de mentalidade exigida pelo neoliberalismo tem levado a multiplicar os sofrimentos de gênero. A autora explora, ainda, a partir do trabalho de Joanne Baker (2010), de que forma essa mudança de mentalidade tem atravessado o mundo das mulheres cis que se definem como *influencers*.

No artigo “Precariedades subjetivas: politizar a saúde mental na atualidade”, Elton Corbanezi aborda a noção de precariedade subjetiva a fim de compreender sociologicamente a alta incidência do sofrimento psíquico na atualidade. Segundo o autor, a precariedade subjetiva seria não apenas o efeito da lógica social e cultural do neoliberalismo, mas também o que o espírito do capitalismo contemporâneo requer dos indivíduos e de seus modos de vida. Dessa maneira, o artigo visa politizar o sofrimento psíquico como experiência social, diferentemente das explicações da psiquiatria e da cultura neoliberal, as quais o reduzem, em geral, ao indivíduo.

No artigo “Subjetivações neoliberais e sofrimento social: políticas globais de saúde mental em tempos de neoliberalismo”, Sônia Maluf analisa políticas globais de saúde mental no marco do neoliberalismo, particularmente no contexto pós-pandemia, detendo-se na análise de documentos que a OMS dedicou à problemática da Saúde Mental Global. O artigo contextualiza historicamente documentos de referência e interroga, a partir de uma abordagem centrada na antropologia da saúde, o modo pelo qual se transformam experiências sociais de sofrimento em problemas psiquiátricos ou biomédicos e em que medida essa matriz explicativa da subjetividade responde à razão neoliberal.

Ainda nas reflexões teóricas sobre o neoliberalismo, o artigo “La crisis de la presencia y la subjetividad neoliberal: Apuntes para una teoría inacabada”, de Ángel Martínez Hernández, propõe uma análise do conceito de “crise da presença” para compreender a subjetividade neoliberal. O artigo aponta para a fragilidade do sujeito que perde a capacidade de ação (agência) sobre o mundo objetivo. O conceito, proposto por Ernesto de Martino, foi retomado pelos autores de Tiqqun para debater a crise existencial no regime neoliberal. O autor argumenta que essa crise é inseparável do declínio das relações de reciprocidade próprias do neoliberalismo.

O artigo “Neoliberalismo, finitude e medicalização”, de Diana Pichinini, tem como objetivo central refletir sobre as consequências do modo como o homem moderno lida com a temática da morte, como ponto de partida para poder compreender o fenômeno contemporâneo da hipermedicalização da vida. A autora aborda a contradição existente entre a ideologia do “felicismo”, própria do neoliberalismo, e a epidemia de depressão, apontando que a cultura da medicalização e a hiperinflação de diagnósticos psiquiátricos se transformou numa estratégia biopolítica que caracteriza o neoliberalismo ou o capitalismo tardio.

Já na unidade II do dossiê, o artigo “Saúde mental infantil e o TDAH como expressão de embates no setor”, de Marcia Mazon, explora as tensões em torno do diagnóstico e tratamento medicamentoso do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) enquanto expressão de embates no setor da saúde mental. O artigo aponta para uma polarização entre o subdiagnóstico e sobrediagnóstico a partir do conceito de cultura diagnóstica. Se as conferências de saúde da década de 1980 caminhavam para uma autonomia dos usuários, na atualidade, prevalece um ambiente público mais opaco no contexto da campanha de apelo ao uso racional de medicamentos da OMS e no qual o consumo da ritalina é emblemático.

No artigo “Vidas suspensas: saúde mental em mujeres adolescentes en pandemia (Buenos Aires, 2022)”, Eugenia Bianchi e Milagros Oberti analisam a incidência das medidas de Isolamento Social Preventivo e Obrigatório estabelecidas no contexto da pandemia de covid-19 nas trajetórias de mulheres adolescentes internadas por problemas de saúde mental em um hospital da cidade de Buenos Aires. As conclusões das autoras assinalam a pandemia como fonte potencializadora das situações de sofrimento psíquico em convergência com fatores sócio-históricos e contextuais.

No artigo “Padrões depressivos: fenotipagem digital e subjetivação neoliberal”, Pedro Peixoto Ferreira e Rafael Gonçalves descrevem

e analisam um aplicativo de saúde mental e as implicações do uso de tais tecnologias em termos de modulação de comportamentos e subjetividades. Considerando o precoce diagnóstico deleuzeano das “sociedades de controle” e, especialmente, o caso da depressão nas sociedades neoliberais, os autores evidenciam como tais aplicativos transformam o cuidado com a saúde em um empreendimento de autogestão, ao mesmo tempo em que acabam por eliminar a singularidade da experiência a partir de dados e métricas padronizados e quantificados.

O artigo “A inércia afetiva de mulheres com diploma de ensino superior: excesso de trabalho, trajetórias afetivas não realizadas e prejuízos emocionais”, de Maria Chaves Jardim e Thais Caetano de Souza, aborda, a partir de imersão virtual num curso sobre relacionamentos, o dilema da privação do amor para mulheres que investem nas carreiras transgredindo a regra principal do campo do amor que é o casamento. As autoras mostram que o excesso de trabalho ajudaria a isolar essas mulheres afetivamente; elas passam a ter prejuízos emocionais em decorrência da privação afetiva.

Por fim, agradecemos todas as colaborações de autoras, autores e pareceristas, bem como o acolhimento da proposta pela Equipe Editorial da revista *Caderno CRH*. Desejamos uma boa leitura a todas as pessoas interessadas no assunto.

Recebido para publicação em 11 de outubro de 2024

Aceito para publicação 22 de outubro de 2024

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (DSM-III). 3rd ed. Washington: APA, 1980. Disponível em: <https://aditpsiquiatriaypsicologia.es/images/CLASIFICACION%20DE%20ENFERMEDADES/DSM-III.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BAKER, Joanne. Claiming volition and evading victimhood: post-feminist obligations for young women. *Feminism & Psychology*, Los Angeles, v. 20, n. 2, p. 186-204, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/0959353509359142>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CAPONI, Sandra. The rights of children with psychosocial disabilities and the prescription of antipsychotics in childhood. In: CAPONI, Sandra; FOHRMANN, Ana Paula Barbosa (ed.). *Latin American interdisciplinary perspectives on bioethics and disabilities*. Switzerland: Springer, 2023

CORBANEZI, Elton Rogério. *Saúde mental, depressão e capitalismo*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

MAZON, M. S. Consumo de psicotrópicos e estilo terapêutico: os limites do uso racional de medicamentos. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 27, n. esp. 2, p. e022020, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/16907>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. [S. l.]: OMS, 2001.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Elton Corbanezi – Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Escrita - esboço original, Escrita - revisão e edição.

Sandra Caponi – Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Escrita - esboço original, Escrita - revisão e edição.

Marcia da Silva Mazon – Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Escrita - esboço original, Escrita - revisão e edição.

Elton Corbanezi – Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Realizou pós-doutorado no Departamento de Sociologia (IFCH/Unicamp), com estágio de pesquisa no Centre de recherche médecine, sciences, santé, santé mentale, société (Cermes3/CNRS, Université Paris-Cité, EHESS, Inserm), com bolsa Pós-Doutorado no Exterior (PDE), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq. Editor de seção de sociologia do periódico *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Seus interesses de pesquisa são teoria sociológica, ciência, cultura, psiquiatria, saúde mental, subjetividades e capitalismo contemporâneo. Autor do livro *Saúde mental, depressão e capitalismo*, pela Editora Unesp, 2021.

Sandra Caponi – Professora titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Lógica e Filosofia da Ciência pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pós-doutorados em Paris-7 e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) (Paris-França). Coordenadora do projeto Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), com Paris 8, de 2019 a 2023. Professora visitante na EHESS (Paris-França), Collège de France (Paris), Universidad Nacional de Colômbia (Medellín) e Universidad Nacional de Rosario (Argentina). É bolsista PQ-CNPq e pesquisadora do Medical Anthropology Research Center (Marc) da Universidade Rovira i Virgili (Tarragona-Espanha). Coordena o grupo de pesquisa Sociologia, Filosofia e história das ciências da saúde. Publicou, entre outros livros, *Política, psicofármacos e vida cotidiana* (Barcelona, 2023); *Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada* (Rio de Janeiro, 2014).

Marcia da Silva Mazon – Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, todos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado e doutorado em Sociologia Política pela UFSC, e estágio pós-doutoral no Instituto Gino Germani, na Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina. É coordenadora do Núcleo de Sociologia Econômica (Nusec). Atua nas áreas de sociologia dos mercados e sociologia da saúde mental, consumo e mundo digital. Possui as seguintes publicações: Mazon, M Amorim, B, Brzozowski, F Psicotrópico se declina no feminino: saúde mental e mundo digital em questão. *Rev. Estud. Fem.* Vol. 31 (1), 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n193079>. Mazon, M e Tholl, James. Entre o uso racional e a magia: consumo do metilfenidato, TDAH e escolas. Vol 21(51), 2022. *Política & Sociedade*, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/91454>.

